

JN
Jornal de Notícias
Fundado em 1888

**MARCELO “DEMITE”
SECRETÁRIA DE ESTADO**

Censura do presidente da República forçou saída de Carla Alves
Proposta de Costa para partilhar escrutínio com Belém foi rejeitada
P. 4 a 6

Polémica com governante é apenas mais uma na longa lista de “casos e casinhos”

Marido é suspeito de corrupção e Justiça arrestou contas bancárias do casal

Iniciativa Liberal e Chega isolados em moção para derrubar Governo

PRIMEIRO PLANO

Secretária de Estado sai após pressão de Marcelo

Presidente disse que Carla Alves era peso "negativo" no Governo depois de arresto de contas bancárias

Belém recusou proposta de Costa para um escrutínio conjunto e exigiu que escolha melhor os governantes

Carla Soares
casas@jn.pt

POLÉMICA A nova secretária de Estado da Agricultura, Carla Alves, demitiu-se após Marcelo Rebelo de Sousa ter encostado o primeiro-ministro à parede. O presidente da República exigiu-lhe que escolha melhor os seus governantes, recusando a sugestão para partilhar esse escrutínio entre a proposta dos novos membros e a sua nomeação. Além disso, considerou que a recém-nomeada representava um "peso político negativo" para o Executivo e deveria avaliar uma eventual demissão, ao fim de apenas um dia, por ter as contas arrestadas devido ao processo judicial que envolve o marido e ex-autarca.

O presidente avisou que Carla Alves estava limitada nas suas funções. Quem tem "uma ligação familiar próxima com alguém que é acusado num processo de uma determinada natureza, qualquer que seja a natureza criminal, à partida tem uma limitação política, é um ónus político", afirmou Marcelo. Questionado sobre se defendia uma demissão, considerou que "esse é o juízo que as pessoas devem formular sobre si próprias". E defendeu, aliás, que devem fazer um "autoescrutínio quando avançam para determinados lugares".

"SACUDIR ÁGUA DO CAPOTE"

O anúncio da demissão de Carla Alves não tardou. "A secretária de Estado da Agricultura apresentou esta tarde a demissão, por entender não dispor de condições políticas e pessoais para iniciar funções no cargo", divulgou o Ministério. E acrescentou que a demissão foi " prontamente aceite" por Costa, que à tarde tinha desvalorizado o caso no Parlamento.

O primeiro-ministro reagiu indiretamente nas redes sociais: "O Governo mantém-se firme na execução das suas po-

líticas, cumprindo e honrando os compromissos" com o país.

Marcelo recusou a proposta de Costa para criar "um circuito" para "garantir maior transparência e confiança de todos" os novos membros do Governo, entre a apresentação dos nomes e a sua nomeação. Respondeu que isso "deve ser feito antes de o Governo apresentar a proposta" a Belém.

Quando parecem estar em rota de colisão, o presidente afastou-se da ideia de Costa e avisou que "não se pode substituir ao primeiro-ministro". Já Luís Montenegro, líder do PSD, classificou a proposta "de circuito" como tentativa de "desresponsabilização" e de "sacudir a água do capote".

BELÉM AVISOU

O presidente da República tinha precisamente responsabilizado António Costa pela opção de "mexer o mínimo possível", na sequência da demissão do ministro Pedro Nuno Santos. Marcelo prometeu tirar "conclusões" se falhasse a prata da casa: "os resultados dessas escolhas irão recair sobre o primeiro-ministro".

No debate da moção de censura ao Governo, quando o "day after" das nomeações estava dominado pelas contas arrestadas devido ao processo que envolve Américo Pereira, ex-autarca de Vinhais, Costa saiu em defesa de Carla Alves. "Vou ser eu a substituir-me ao Ministério Público por uma razão que não tenho, que não conheço e que não sei de nada? Vou demitir a mulher de alguém porque o marido é acusado?", atirou. Mas prometeu uma demissão "se a ética republicana" estivesse em causa.

O certo é que, com a minirremoderação, não evitou os "casos e casinhos". O líder do PSD assegurou estar preparado para ir a eleições "já amanhã" e afirmou que até gostaria de as disputar ainda com António Costa à frente do PS. ●



Marcelo disse que os governantes devem fazer o juízo sobre as suas condições para os cargos e o anúncio da demissão de Carla Alves não tardou



Reações ao caso de Carla Alves

"Alguém, em abstrato, que tem ligação familiar próxima com alguém acusado num processo (...) à partida tem uma limitação política, é um ónus político"

Marcelo R. de Sousa
Presidente da República

"O Governo mantém-se firme na execução das suas políticas, cumprindo e honrando os compromissos com os portugueses"

António Costa
Primeiro-ministro

CASOS E CASINHOS DA MAIORIA ABSOLUTA



blica, num processo que seguiu diretamente para julgamento. E também pela pressão da polémica dos 300 mil euros que pagou a um privado por um pavilhão que não existe.

8.11.2022
"JOIA" DE 21 ANOS PARA ADJUNTO DE MARIANA
A ministra da Presidência foi criticada por ter contratado Tiago Cunha, recém-licenciado em Direito de 21 anos e filiado na JS, para seu adjunto (com 3732,72 euros brutos) até ao terceiro trimestre de 2026. Mariana Vieira da Silva defendeu que "a filiação no PS nunca foi critério de recrutamento".

24.12.2022
OS 500 MIL EUROS DA TAP A ALEXANDRA REIS
O ano terminou com uma nova polémica no Governo de maioria absoluta, com a notícia de que Alexandra Reis, que tomou posse como secretária de Estado do Tesouro a 2 de dezembro, tinha recebido uma indemnização da TAP de 500 mil euros por "saír antecipadamente". Este caso abriu uma nova ronda de demissões no Executivo, incluindo a do ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos.

10.11.2022
EX-AUTARCA MIGUEL ALVES ACUSADO
O ex-autarca de Viana do Castelo demitiu-se de secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro após saber-se que é acusado de prevaricação por serviços de assessoria de comunicação ao município sem contratação pública.



3.10.2022
PIZARRO GERENTE DE EMPRESA NA SAÚDE
Três semanas após ter tomado posse como ministro da Saúde, na sequência da saída de Marta Temido, soube-se que Manuel Pizarro

era único gerente de uma empresa de consultoria técnica e aconselhamento precisamente sobre serviços de saúde. Manuel Pizarro renunciou, dias depois, ao cargo de gerente que o deixava em situação de incompatibilidade.

30.09.2022
POLÉMICA COM MARIDO DE ABRUNHOSA



Soube-se que António Trigueiros Aragão, o marido da ministra da Coesão Territorial, se terá associado a um empresário chinês condenado por corrupção ativa envolvendo vistos gold. Uma empresa criada pelo marido de Ana Abrunhosa terá sido beneficiada em 2021 com 133 mil euros de apoio do Estado.

8.08.2022
LIGAÇÕES DE MEDINA A SÉRGIO FIGUEIREDO
O Ministério das Finanças anunciou a contratação, por ajuste direto, do ex-jornalista Sérgio Figueiredo como consultor para avaliar as políticas públicas. O contrato de dois anos e com salário equiparado ao dos ministros levou a Oposição a falar de pagamento de favores e promiscuidade: o antigo diretor de informação da TVI, Sérgio Figueiredo, contratou-o para comentarista e Medina, enquanto autarca de Lisboa, pagou-lhe 30 mil euros por serviços numa campanha de Natal. CARLA SOARES

Carla Alves e marido com 762 mil euros por justificar

Arrestos efetuados em processo em que ex-autarca de Vinhais está acusado de corrupção em negócio de terrenos



Américo Pereira foi acusado pelo MP em março

Gloria Lopes
justica@jn.pt

PROCESSO A ex-secretária de Estado da Agricultura tem contas bancárias arrestadas por causa de um processo judicial que envolve o marido, Américo Pereira, ex-presidente da Câmara de Vinhais. Carla Alves não é arguida no processo. Américo Pereira foi acusado pelo Ministério Público (MP), em março passado, de crimes de corrupção ativa, participação económica em negócio e prevaricação relacionados com o negócio de compra de terrenos do seminário da vila, num caso que envolve um empresário e o padre que dirigia, à época, o seminário.

No âmbito desse processo foram ordenados arrestos preventivos, depois de a investigação apurar que os arguidos "são detentores de património incongruente e não declarado fiscalmente, num valor superior 3,5 milhões de euros". Segundo o MP, Américo Pereira e Carla Alves teriam em contas bancárias conjuntas cerca de 1,5 milhões de euros, dos quais 762 mil euros não são compatíveis com os rendimentos declarados. A maior parte dos depósitos tinham como titular

Américo Pereira, tendo Carla Alves, entre 2014 e 2021, depositado cerca de 221 987 euros.

A acusação analisa rendimentos de todos os arguidos, mas também da ex-governante, entre 2013 e 2021, sem fazer, no entanto, qualquer juízo relativamente a Carla Alves, limitando-se a apurar o diferencial entre valores declarados e creditados nas contas do casal.

Quanto ao ex-autarca, em 2013, por exemplo, 9913 euros foram considerados não justificados, valor que, em 2015, subiu para 203 mil. Em 2017 foi de mais de 45 mil, no ano seguinte 68 mil, subindo em 2019 para 124 mil e atingindo valor semelhante em 2020.

Carla Alves exerceu funções na Câmara e trabalhou para a Associação Nacional de Criadores de Suínos da Raça Bisara. O MP constata que a governante declarou em 2013 quase 11 mil euros de trabalho dependente e mais de 19 mil de trabalho independente. Em 2014 auferiu cerca de 23 mil euros pelo trabalho dependente e mais de 78 mil euros como independente. Em 2019, já era diretora regional de Agricultura e Pescas do Norte e declarou mais de 93 mil euros de vencimentos. ●

REAÇÃO

"Estão a fazer aproveitamento desta situação"

"Ela [Carla Alves] não tem a ver com isto. Não faz sentido que num caso que só a mim diz respeito seja envolvida, numa altura em que é chamada para o Governo para desempenhar funções de grande dignidade, com toda a competência em termos intelectuais e técnicos". Américo Pereira tentou ontem defender a sua mulher, numa conferência de Imprensa que convocou expressamente para o efeito. Afirmou ainda que a ex-governante "já foi ao processo, com embargos, dizer que não tem nada que ver com o assunto, porque não fez nenhum negócio, nunca foi autarca, nem tem nada a ver com este processo-crime". "Estão a fazer o aproveitamento desta situação", referiu o ex-autarca, que é advogado de profissão. "[O processo] é meu e eu cá estou para me defender", afirmou Américo Pereira.



Moção de censura só teve 19 votos a favor (IL e Chega). PS, PCP e Livre votaram contra, restantes abstiveram-se

Costa insiste que Direita não é alternativa ao PS

Parlamento chumba moção de censura da IL, a que só o Chega se associou. Primeiro-ministro segura Medina, que PSD acusa de ser incompetente e leviano

João Vasconcelos e Sousa
 joao.vasou@jn.pt

CHUMBO O Parlamento chumbou ontem, sem surpresas, a moção de censura ao Governo apresentada pela IL, a que só o Chega se associou. O PSD absteve-se, decisão que foi explorada pelo primeiro-ministro: mesmo com todos os "casos e casinhos", continua a não haver "alternativa" ao PS, alegou, já que a Direita "nem na censura ao Governo se consegue entender". Os sociais-democratas insistiram na demissão de Fernando Medina, mas António Costa defendeu o ministro das Finanças.

No dia em que se soube de mais um caso no Governo — Carla Alves, recém-empossada secretária de Estado da Agricultura, que se demitiu minutos após o debate —, os partidos renovaram as críticas à "instabilidade" no Executivo. Catarina Martins, do BE, acusou o Governo de fazer um "favor" à extrema-direita com todas as

polémicas, levando uma resposta dura de Costa. "Vou demitir a mulher de alguém porque o marido é acusado?", questionou o primeiro-ministro, ironizando que o BE quer tirar "uma mulher do Governo" sem que haja delicto. Catarina considerou "grave" a insinuação de que o partido despreza a "autonomia das mulheres".

"PEDRO NUNO MENTIU" Costa foi mantendo o registro irascível. Referiu-se repetidas vezes ao presidente cessante da IL, João Cotrim Figueiredo, como "líder demissionário" e, em diálogo com o PCP, puxou pelo tema da guerra da Ucrânia. Nunca acusou os comunistas de apoiarem a Rússia, mas lembrou os "milhares de mortos" do conflito. O PSD pressionou para demitir Medina, devido ao caso da indemnização paga pela TAP a Alexandra Reis. Para o líder da bancada, Miranda Sarmento, Costa é "o único responsável" por manter um ministro "in-

OUTROS TEMAS

PCP satiriza Pedro Nuno
 O líder do PCP salientou o "empenho e a dedicação" de Pedro Nuno Santos na construção da geringonça, em 2015. Sobre se o diálogo com os socialistas fica agora mais difícil, Paulo Raimundo afirmou que "isso depende sempre das opções políticas do PS".

PSD justifica abstenção
 "Um partido com responsabilidade não pede eleições de ano a ano", afirmou João Moura, do PSD, justificando a abstenção. Cotrim lamentou que o partido fique "à espera de que os astros se alinhem".

Costa relativiza casos
 Mais importante do que os casos são as políticas do Governo, disse Costa. "Nunca fui interpelado na rua por nenhum cidadão a perguntar se A ou B era secretário de Estado", frisou.

competente e leviano". O primeiro-ministro defendeu Medina, dizendo ser "evidente" que este tem condições para continuar. "Senão, o que estava a fazer aqui sentado?", perguntou. Sobre o papel do ex-ministro das Infraestruturas nesse episódio, a resposta foi diferente: "Já toda a gente sabe quem sabia" da indemnização, sendo que "quem sabia tirou as devidas consequências". André Ventura, do Chega, aproveitou a deixa: "Pedro Nuno Santos mentiu", já que "só pede esclarecimentos [à TAP] quem não sabe de nada".

Na justificação para apresentar a moção de censura, Cotrim Figueiredo realçou a "incompetência" de um Governo que é hoje "foco de instabilidade". Explorando a abstenção do PSD, Costa atirou: "Há uma alternativa mais estável do que a que oferece o atual Governo? A resposta está previamente anunciada porque nem na censura ao Governo a Direita se consegue entender".

Discurso direto

Mariana Vieira da Silva
 Ministra da Presidência
 "Onde vemos o cansaço e o esgotamento? Na Oposição. Não há maior sinal de esgotamento político do que nada dizer, nada propor e nada querer debater"

Miranda Sarmento
 Líder parlamentar do PSD
 "Ter um ministro [Medina] incompetente, leviano e irresponsável pode ocorrer, mas mantê-lo tem um único responsável [Costa]"

André Ventura
 Presidente do Chega
 "[Governo] conseguiu uma maioria absoluta, mas essa legitimidade foi-se degradando quando pôs em causa os desejos de um país e os afundou ainda mais"

João Cotrim Figueiredo
 Presidente da IL
 "O Governo já não é só incompetente, tornou-se fonte de instabilidade. Precisamos de um Governo novo e precisamos dele já"

Paula Santos
 Deputada do PCP
 "A vida comprovou que o PS queria a maioria absoluta para se libertar dos condicionamentos do período anterior. Esse, sim, permitiu avanços"

Catarina Martins
 Coordenadora do BE
 "Governo acha sempre que tudo pode acontecer desde que não seja crime, ainda que ponha em causa o interesse público"

Inês Sousa Real
 Porta-voz do PAN
 "Disse que ia existir diálogo, mas temos é ministros a passarem por cima da sua palavra e problemas nas nomeações"

Rui Tavares
 Deputado do Livre
 "As pessoas querem saber se [Costa] tem a humildade de reconhecer que, quando as coisas não estão bem, têm de ter procedimentos novos"